

## 1948 – MARX E A REVOLUÇÃO EUROPEIA DE 1848

### PARTE II

Por Karl Korsh

Texto do filósofo alemão a propósito dos 100 anos das revoluções de 1848. Original in “Marx Stellung in der europäischen Revolution von 1848”, *Die Schule*, III, 5, Maio de 1948. Tradução portuguesa de B. A., a partir da versão francesa de Serge Bricianer, in “Karl Korsch, Marxisme et Contre-Revolution”, Editions du Seuil, Paris, 1975. Este texto foi extraído de *La Bataille Socialiste*.

(...)

Só do ponto de vista quantitativo, é preciso notar desde logo que o órgão de Marx consagrou às revoluções da França, da Áustria, da Polónia, da Boémia, da Itália e da Hungria estudos muito mais detalhados que qualquer outro jornal alemão. A *Nova Gazeta Renana* não se limitava a reivindicar a Alemanha para os alemães. Ela reivindicava igualmente a Polónia para os polacos, a Boémia para os checos, a Hungria para os húngaros, a Itália para os italianos. O abandono descarado da revolução polaca pelo governo prussiano; a pusilanimidade por este mostrada face às pressões britânicas e russas no caso Schleswig-Holstein; o esmagamento pela própria burguesia revolucionária da insurreição operária de Junho em Paris, que teve uma influência decisiva na sorte de toda a revolução europeia; o esmagamento não menos decisivo quanto a este aspecto da revolução em Viena; o fracasso da grande manifestação cartista em Inglaterra e as suas consequências – todas estas tentativas abortadas, todos estes reveses, eram tratados na *Nova Gazeta Renana* como derrotas tanto da revolução alemã como da revolução paneuropeia. Fazendo assim, ela desvendava também a trágica oposição dos pretensos interesses nacionais em virtude dos quais as diversas secções duma única e mesma revolução europeia, como que tomadas por uma fúria de autodestruição, agiam não só contra o seu interesse comum, mas ainda contra o seu interesse nacional real: austríacos contra checos; checos, alemães, austríacos e húngaros contra italianos; checos contra vienenses; e, para cúmulo, austríacos, checos e russos contra o movimento no qual a Europa inteira tinha posto as suas últimas e maiores esperanças, o da Hungria revolucionária. O torno sangrento devia apertar-se assim até ao momento em que o triunfo generalizado da contrarrevolução pôs fim à força a estes combates fratricidas.

De todo o modo, a análise rigorosa e documentada, a que a *Nova Gazeta Renana* submetia todas estas conexões não deixava de apresentar ao mesmo tempo o carácter demasiado abstrato e a-histórico inerente, também deste ponto de vista à política encarnada por Marx. O internacionalismo sublime com que ele procurava então aliviar este estado de atraso nacionalitário não tinha em conta o facto de que o reforço das consciências nacionais e dos antagonismos nacionais, agora tão nefasto à ação unificada das forças revolucionárias, procedia igualmente da vitória parcial, transitória, do princípio burguês. Ora tendo estes antagonismos origem não fora da história (no « sangue », na raça, na « terra » ou na pátria, por exemplo) mas, pelo contrário, no desenvolvimento histórico da sociedade burguesa, era impossível que a propagação internacional da revolução do século XIX pudesse a partir de agora desenvolver-se segundo o modelo jacobino e napoleónico, sendo a sua reprodução pura e simples.

Nas condições históricas mudadas do século XIX, Marx continuava a fazer da *guerra revolucionária* a panaceia que permitiria à revolução paneuropeia resolver todas as suas dificuldades internas e externas, como fora o caso na Revolução francesa. Tendo a guerra contra esta prosseguida pelas três grandes coligações europeias tido por efeito aumentar consideravelmente a influência russa no mundo, era óbvio, agora que o centro do movimento revolucionário se tinha deslocado notoriamente para Leste, que o inimigo natural da revolução paneuropeia era a *Rússia czarista*. Foi esta convicção que, durante dezenas de anos, serviu de base à *política externa democrática* que Marx preconizava sistematicamente sempre que surgia um conflito na Europa. Mesmo quando, após o golpe de Estado de Napoleão III, tudo parecia indicar que o czar partilhava agora o lugar de inimigo principal da democracia com o ditador francês, o inimigo a combater prioritariamente continuou a ser, segundo Marx, não o aventureiro imperial, o « indivíduo repugnante » que a burguesia francesa tinha encarregue de executar a sentença de morte que pronunciara em Junho de 1848, no seguimento da insurreição dos operários parisienses, contra as suas próprias instituições republicanas, mas tão só « este poder bárbaro cuja cabeça está em S. Petersburgo e cujas mãos agem em todos os gabinetes da Europa ». O papel que, no quadro desta concepção, restava a « Boustrapa »<sup>1</sup> era apenas o de aliado ou de agente da grande potência reacionária que se perfilava atrás dele.

---

<sup>1</sup> Alcinha de Napolão III, associando a primeira sílaba de Boulogne, Strasbourg e Paris, cidades em que o pretendente bonapartista tinha perpetrado um golpe de força, esmagado nas duas primeiras vezes, mas triunfante na terceira e que lhe abriu desde então o caminho do poder numa maneira que faz lembrar, mesmo na forma exterior, a carreira de Hitler.

A tese que acabamos de esboçar e segundo a qual a guerra no século XIX não tinha perdido nada da sua importância para a revolução, não era de modo nenhum quimérica. De facto, também as guerras nacionais tiveram um papel na revolução de 1848. Se na Prússia como na Itália, na Áustria, na Hungria, guerras exteriores e guerras civis não se combinaram numa unidade efetiva, a brusca interrupção no seguimento do armistício de Malmoe, da guerra que a Prússia travava na Dinamarca, com vista a « libertar » o Schleswig e o Holstein, desenganou e esmoreceu todas as tendências do movimento revolucionário alemão, mais ainda talvez que as suas previsíveis repercussões políticas no plano interno. Que esta primeira guerra revolucionária, se tivesse sido levada até ao fim, poderia ter tido consequências iminentemente favoráveis ao desenvolvimento do movimento, é o que é confirmado, desta vez indiretamente, pelo facto de que esta tarefa, deixada por resolver pela revolução alemã, foi retomada pela contrarrevolução bismarckiana por sua própria conta no período seguinte e de que a segunda campanha da Dinamarca (1864), conjuntamente com as guerras austro-prussiana (1866) e franco-alemã (1870), esteve na origem de um desenvolvimento progressista na Europa, pelo menos sob certos aspectos.

A *guerra revolucionária contra a Rússia*, também ela não tinha nada da solução arbitrariamente concebida fora do contexto de 1848 como se poderia imaginar de forma simplista na falta de um bom conhecimento da conjuntura política e diplomática do momento. Com efeito sabe-se hoje que na época em que a *Nova Gazeta Renana* fazia campanha neste sentido, o czar, por seu lado, tinha já oferecido ao príncipe da Prússia a ajuda dos seus exércitos para restabelecer à força o despotismo em Berlim e não só. Um ano depois, foram as baionetas russas que salvaram a reação austríaca aniquilando os exércitos de Kossuth nas planícies da Hungria. Uma guerra defensiva prosseguida em comum pela República francesa, pela Alemanha de obediência prussiana, pela Itália piemontesa e pela Polónia insurgida, contra o regime czarista não teria podido deixar de ter efeitos favoráveis no desenvolvimento do movimento revolucionário europeu, como expôs Arthur Rosenberg, o historiador Marxista Alemão recentemente desaparecido, na sua instrutiva obra *Demokratie und Sozialismus* (Verlag, Albert de Lange, Amsterdam, 1938). Tal guerra não teria tido como resultado levar a revolução à parte ocidental da Rússia e deslocar o Império dos Habsburgos, abrindo assim a via da independência às nacionalidades oprimidas pela Áustria? Por outro lado teria provavelmente permitido à França evitar a ditadura Bonapartista e à Alemanha a solução panprussiana à moda de

Bismark. A partir de então, o continente teria garantido dezenas de anos de progresso democrático, tanto no plano interno como no plano externo, progresso que poderia culminar um dia no nascimento de uma confederação de todos os estados da Europa.

Tudo isto não impede contudo que a posição de Marx face à revolução europeia de 1848 se revele, ainda deste ponto de vista, dum irrealismo acabado. Uma questão se coloca: porque razão fez Marx tábua rasa das conclusões novas a que chegara durante a década precedente e que lhe tinham permitido lançar as bases teóricas do movimento operário socialista, então nos seus começos, precisamente algumas semanas antes do desencadear da revolução de Fevereiro e Março de 1848? Porque tinha ele renunciado a defender as ideias e os interesses operários que iam além dos ideais democráticos procurando substituir o programa, sem dúvida ainda utópico nesta época, duma revolução social operária, por uma outra e pouco mais realista mitologia revolucionária?

É certo que, já antes de Fevereiro, o *Manifesto* de 1848 não visava nem uma intervenção dos « comunistas » em qualquer país europeu, nem no mais progressista, a França. De todo o modo Marx e Engels haviam de permanecer muito aquém dos limites que tinham assinalado para uma ação de classe, pois deixaram totalmente de lado, não só na prática mas também no terreno ideológico, a tarefa de formação teórica contínua dos operários, que o *Manifesto* recomendava « a fim de que, concluída a derrota das classes reacionárias na Alemanha, comece sem demora a luta contra a própria burguesia ». Tratava-se aí de algo mais que da consequência do declínio da sua própria organização. Se, como Engels expôs mais tarde, a Liga dos comunistas « se revelou ser uma alavanca muito fraca uma vez desencadeado o movimento das massas populares », tal situação não parece ter-lhes desagradado; mais, como mostraram trabalhos recentes, eles próprios contribuíram na ocasião para este resultado.

Quando finalmente em meados de Abril de 1849, Marx se pôs pela primeira vez a debater questões especificamente operárias na *Nova Gazeta Renana*, desculpou-se de ter até então negligenciado estas questões alegando que « antes de mais » se tratara de « seguir a luta de classes dia a dia e de, com a ajuda da matéria histórica quotidianamente renovada, fornecer à classe operária, que tinha feito Fevereiro e Março, a prova empírica de que a sua sujeição tinha tido por efeito simultâneo a derrota dos seus adversários ». Ora, nem sequer a tarefa que assim se fixava a si próprio Marx cumpriu. Em vez disso, contentou-se em demonstrar que a burguesia tinha falhado por não se ter revelado capaz de assegurar à sociedade no seu conjunto um desenvolvimento progressista fazendo valer

os seus interesses com toda a energia necessária. Mas tudo o que daí se concluía era que, se havia de haver um dia progressos políticos e sociais, seriam sob outras formas, não graças à burguesia, mas contra ela. Tal é o papel que pretenderam arrogar-se a ditadura bonapartista em França e a « revolução por cima » na Alemanha.

Não podemos tratar em detalhe no âmbito deste trabalho a posição que Marx e Engels adoptaram, durante o período contrarrevolucionário, face a estas formas mudadas do desenvolvimento político e social. Limitar-nos-emos, assim, a lembrar que a concepção, segundo a qual se devia ver na contrarrevolução bonapartista e bismarckiana um prolongamento autêntico da fase revolucionária precedente, havia de encontrar, em seguida, um acolhimento dos mais favoráveis, não só da parte dos historiadores burgueses, mas também da parte dos marxistas e de outros teóricos do socialismo – e que não eram dos piores de entre eles. Proudhon, em *La Revolution démontrée par le coup d'État*, tal como Marx nas análises das revoluções alemã e francesa que redigiu nessa época, haviam de inclinar-se nesse sentido, e vimos depois em muitas ocasiões esta apresentação de ações e desenvolvimentos contrarrevolucionários como outros tantos avanços revolucionários.<sup>2</sup>

Os perigos inerentes a esta concepção ambígua, de duplo sentido, da revolução são ilustrados pelo conflito a este propósito surgido, nos anos de 1860, entre Lassalle e Marx. Com efeito, enquanto Lassalle e Schweitzer, valorizando as sobreditas potencialidades « revolucionárias » da contrarrevolução, concluía que os revolucionários estavam destinados, em tal circunstância, a trabalhar de mãos dadas com o poder contrarrevolucionário, segundo Marx, o partido operário, em tal ocorrência, devia sem dúvida reconhecer sem ambiguidades o carácter objetivamente progressista das concessões feitas aos trabalhadores pela reação em luta contra a burguesia, mas sem para isso consentir em alienar, por um qualquer pacto com a reação, a independência do movimento. Ou, para retomar a fórmula poética e bela com que Engels exprimiu a mesma ideia, no artigo que consagrou em 1865 a « A questão militar prussiana e o partido operário alemão »: *Mit gêru scal man geba infâhan, ort widar ort* (É preciso receber os presentes com a lanceta, ponta contra ponta).

---

<sup>2</sup> Cf. K. Korsch, « State and Counter-Revolution », *The Modern Quartely*, Inverno 1939, pag. 60-67 e id., « The Fascist Counter-Revolution », *Living Marxism*, V, 2, final de 1940, pag. 29-37 (nota de Serge Bricianer).

Indo mais longe, se nos afigura imperioso, sobretudo após as últimas experiências, romper com esta concepção ambígua das relações entre a revolução e a contrarrevolução que, em última análise, acaba por eclipsá-las, e traçar a linha de demarcação entre a primeira e a segunda, inspirando-se na maneira como a definição de « socialismo reacionário » dada no *Manifesto Comunista* de 1848 excluía do conceito de revolução os que « reprovam à burguesia não tanto o ter feito surgir um proletariado em geral, mas o ter feito surgir um proletariado revolucionário ».

*Boston, Massachussets.*

(Concluído a 18 de Março de 1948)